

**CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES**

<b>20/04/2020</b>	Baixem gratuitamente questões de Constitucional e da Lei 8.429/92 (Vunesp + Elaboradas pelo professor - nível hard rs)
<b>22/04/2020</b>	Após 15:00, baixem - se quiserem - material com as fundamentações
<b>22/04/2020</b>	19:00 às 20:30 Corrigiremos as questões ao vivo (chat com Prof). Inscrevam-se no aulão de questões para poder assistir!
<b>Atenção:</b> Receberá as fundamentações apenas os cadastrados no aulão. Ainda não é cadastrado? Inscreva-se em <a href="https://bit.ly/3buBmRS">https://bit.ly/3buBmRS</a>	

**1. Questão elaborada pelo professor**

Sobre o capítulo da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, nos termos da CF de 1988, assinale a correta:

- A) A proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos é direito descrito no art. 7º e é estendido aos servidores, mas não aos domésticos.
- B) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão bimestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos público.
- C) As peculiaridades dos cargos e os requisitos para a investidura serão observados para fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório dos servidores.
- D) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de cooptação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- E) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e o direito de greve, que serão exercidos nos termos e nos limites definidos em lei específica.


**2. VUNESP - 2019 - Prefeitura Municipal de Arujá Chefe de Divisão Pessoal**

A Constituição Federal estabelece que, ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação ou exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, aplica-se o regime

- A) Estatutário.
- B) Parcial da previdência social.
- C) Geral da previdência social.
- D) Privado da previdência social.
- E) De previdência própria e exclusiva para o cargo.



### 3. VUNESP - 2019 - Prefeitura de Poá - Procurador Jurídico

Nos termos da Constituição Federal, a respeito da Administração Pública é correto afirmar que

- A) As funções de confiança, exercidas por servidores não efetivos, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se somente às atribuições de assessoramento.
- B) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo ao decreto do Poder Executivo, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- C) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, desde que lei complementar os regulamentar.
- D) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, com prejuízo de eventual ação penal cabível.
- E) A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando, dentre outras, as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços.


### 4. Questão elaborada pelo Professor

Marcelo Ferraz é Escrevente Técnico Judiciário no Tribunal de Justiça de São Paulo. Após muita campanha e com o slogan: Se ninguém nada faz – Vote no Ferraz. Foi eleito Deputado Federal mais votado, superando importantes nomes como: Eduardo Bolsonaro e Titirica. Destarte, podemos afirmar que

- A) será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- B) permanecerá filiado ao regime de previdência do Estado de São Paulo.
- C) será afastado do cargo.
- D) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento
- E) aplica-se a ele e também ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social



**5. Questão elaborada pelo Professor**

José era Policial Civil e faleceu dia 05.02.2020. Foi assassinado quando estava em folga, passeando com os cães na rua. Foi identificado pelos documentos como Policial Civil e foi morto em razão disso. Como ficará a questão de benefício de pensão por morte

- A) Seja neste caso ou não, nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo
- B) o benefício de pensão por morte será concedido independentemente lei do respectivo ente federativo.
- C) Desde que seja decorrente de agressão sofrida no exercício terá acréscimo de 70%
- D) Caso seja decorrente de agressão sofrida no exercício terá acréscimo de 70% e em outros casos descritos na Constituição
- E) A Constituição diz que terá tratamento diferenciado mesmo ele não estando em exercício.


**6. VUNESP - 2016 - Prefeitura Municipal de Alumínio Procurador Jurídico**

O art. 37, § 6º da Constituição Federal determina que “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.” Diante dessa previsão, é correto afirmar que, com relação à responsabilidade civil, o Brasil adotou a Teoria

- A) Do risco integral, diante da responsabilidade objetiva do Estado.
- B) Do risco administrativo, diante da responsabilidade objetiva do Estado.
- C) Da culpa consciente, diante da responsabilidade subjetiva do Estado.
- D) Da responsabilidade com culpa, diante da responsabilidade objetiva do Estado.
- E) Da irresponsabilidade do Estado, diante da responsabilidade subjetiva do Estado.



**7. Questão Elaborada pelo Professor**

José Pé na Cova é servidor há muitos lustros. Hoje ele trabalha no TRF de São Paulo, como Analista Judiciário. Já possui completas as exigências para a aposentadoria voluntária.

- A) Caso sofra um acidente, será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido mesmo que seja possível readaptação.
- B) Poderá ter idade e tempo de contribuição diferenciados, caso exerça em seu trabalho atividades com efetiva exposição a agentes químicos, permitida a caracterização por categoria profissional.
- C) Será compulsoriamente aposentado caso já tenha setenta anos de idade.
- D) Caso opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária.
- E) Até completar a idade para aposentadoria compulsória, caso opte por permanecer em atividade poderá fazer jus a um abono de permanência equivalente, no máximo, ao valor da sua contribuição previdenciária. Deve observar critérios definidos em lei do respectivo ente federativo.


### 8. 2019 - VUNESP Prefeitura de Campinas - SP - Auditor Fiscal Tributário Municipal

Valendo-se do cargo de auditor fiscal tributário, José concede benefício fiscal sem a observância das formalidades legais aplicáveis ao ISS. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

- A) ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.
- B) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos.
- C) ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
- D) perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 5 (cinco) a 8 (oito) anos e multa civil de até 3 (três) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.
- E) perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 8 (oito) a 10 (dez) anos e multa civil de até 5 (cinco) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.


### 9. Questão Elaborada Pelo Professor

Sobre a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/92), assinale a correta

- A) Não há possibilidade na lei para interrupção do prazo para a contestação
- B) A registro da distribuição da ação, nos termos da lei, é que prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.
- C) Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do requerido, para oferecer manifestação por escrito.
- D) Recebida a petição inicial, será o réu notificado para apresentar contestação
- E) Para fins de ressarcimento, a aplicação das sanções previstas nesta lei depende da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público



**10. VUNESP – 2018 – TJ/MT – Juiz Substituto**

A Constituição Federal de 1988 promove a repartição de competências ambientais pelos mesmos mecanismos da competência em geral entre os entes federativos. Dessa forma, na seara ambiental, no âmbito da competência legislativa e da competência administrativa, é correto afirmar que

- A) compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- B) lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas relacionadas a atividades nucleares de qualquer natureza.
- C) compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e lazer.
- D) a União e os Estados possuem competência administrativa concorrente em matéria ambiental, no que diz respeito a registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios.
- E) em relação a matérias de jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia, Lei complementar não poderá autorizar os Estados a legislar sobre estas questões.


**11. VUNESP – 2019 – Prefeitura de Ribeirão Preto - Procurador**

Considere que o Município X tenha a intenção de se fundir ao Município Y e lhe solicita, na condição de Procurador, parecer a respeito de como efetivar a medida. Nesse caso, a partir do quanto previsto pela Constituição Federal, a fusão deve ser efetivada mediante

- A) lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- B) lei estadual e depende de consulta posterior, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal.
- C) lei estadual, não se fazendo necessária consulta às populações dos Municípios, considerando se tratar de interesse exclusivamente estadual.
- D) lei municipal e depende de consulta prévia, por meio de plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.

E) lei municipal com a exigência de consulta posterior, mediante referendo, das populações dos Municípios envolvidos, exigindo-se também a publicação prévia de estudos de viabilidade municipal.


### 12. VUNESP – 2020 – FITO - Advogado

Compete exclusivamente à União:

- A) preservar as florestas, a fauna e a flora.
- B) fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- C) promover programas de construção de moradias.
- D) combater as causas da pobreza.
- E) conceder anistia.


### 13. Questão elaborada pelo Professor

Após votação tensa ocorrida no Município de Birigui, Vereador se manifestou de forma a ofender ex-vereador, afirmando que este “apoiou a corrupção [...], a ladroeira, [...] a sem-vergonhice”, sendo pessoa sem dignidade e sem moral. Diante do Ocorrido e com base na Constituição e em decisões do STF, podemos afirmar que

- A) A inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos, desde a eleição, no exercício do mandato e na circunscrição do respectivo Estado
- B) A inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos, desde a eleição, no exercício do mandato e na circunscrição do respectivo País
- C) A inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos, desde a eleição, no exercício do mandato e na circunscrição do respectivo município e vizinhos
- D) nos limites da circunscrição do Município e havendo pertinência com o exercício do mandato, os vereadores são imunes judicialmente por suas palavras, opiniões e votos
- E) Ele não está imune por suas palavras, pois não foi dentro da Câmara Municipal que ocorreram as ofensas.


**14. Questão Elaborada Pelo Professor**

Qual número de vereadores num Município com 500.000 habitantes

- A) 60
- B) 08
- C) 94
- D) 09
- E) 25
